

**Memorando nº 311/2026**

**Resumo do Assunto:** *Solicitação*

**Data:** 14/05/2026

**Origem:** SEMAM

**Destino:** ASCOM

À ASCOM,

Com cordiais cumprimentos, solicitamos a publicação nos órgãos oficiais, com a devida autorização da senhora Prefeita, da **ATA da reunião do Programa Municipal de Educação Ambiental (PROMEA)**, realizada no dia 07 de abril de 2026, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme anexo.

Ao ensejo, receba expressões de profunda consideração e apreço.

Cordialmente,

Carlos Alberto Siqueira da Silva Filho  
Secretário - SEMAM

---

Recebido por: Nome / Matrícula

Data:

**Ata nº 002/2026 da Reunião do Grupo de Criação do PROMEA  
Realizada no dia 07 de abril de 2026.**

*Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h (quatorze horas), na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Araruama – SEMAM, situada na Rua Estados Unidos, S/Nº Parque Hotel, Araruama/RJ, realizou-se a Reunião do Grupo de Criação do Programa Municipal de Educação Ambiental - PROMEA. Estiveram presentes: o senhor **Pedro Lopes da Costa**, a senhora **Ana Luiza Assaf Guimarães Ferraz**, a senhora **Márcia da Mota Iraçabal** representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Araruama – SEMAM; o senhor **João Carlos Bezerra Barboza**, a senhora **Ingrid Augusto dos Santos**, a senhora **Cláudia Mara de Figueiredo Amorim**, Representantes da Secretaria Municipal de Políticas Sociais – SEPOL, a senhora **Luísa Rieth Uber**, representando a Secretaria Municipal de Educação de Araruama – SEDUC; a senhora **Cristina Coutinho Verdán**, representando a Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil. A senhora Márcia da Mota deu início aos trabalhos, passando a palavra ao senhor Pedro Lopes da Costa, que cumprimentou os presentes, agradeceu a participação e realizou a leitura da ata da reunião anterior. Após a leitura, a ata foi submetida à apreciação e aprovada por unanimidade. Na sequência, a senhora Márcia da Mota propôs a discussão acerca da estrutura organizacional interna do Grupo de Criação do PROMEA, com a finalidade de organizar a divisão das ações, questionando sobre a disponibilidade dos membros para exercer as funções de Coordenador, Vice Coordenador e Secretário. Após breve discussão, o senhor Pedro Lopes sugeriu a ocupação das funções de Coordenadora e Vice Coordenadora pelas senhoras Márcia da Mota e Luísa Rieth, respectivamente, considerando a experiência de ambas na temática ambiental. Durante o debate, entendeu-se como desnecessária a manutenção da figura do Vice Coordenador, optando-se pela previsão de suplente para cada função, inclusive para o Secretário. O senhor João Carlos Bezerra se voluntariou para exercer a função de Secretário. O senhor Pedro Lopes ressaltou a importância de que os cargos de coordenação fossem ocupados, preferencialmente, por servidores efetivos, a fim de garantir continuidade aos trabalhos diante de eventuais alterações administrativas. Registrou-se que a função de coordenação demanda responsabilidade e dedicação, motivo pelo qual alguns membros optaram por não assumir a atribuição, colocando-se,*

*contudo, à disposição para colaborar tecnicamente. A senhora Luísa Rieth manifestou-se nesse sentido. Após os debates, restou deliberada a seguinte composição: Coordenadora, senhora Márcia da Mota Iraçabal, tendo como suplente o senhor Pedro Lopes da Costa; Secretário, senhor João Carlos Bezerra Barboza, tendo como suplente a senhora Ingrid Augusto dos Santos. Ficou acordado que os nomes completos seriam encaminhados para fins de elaboração do ato de nomeação, consignando-se que a participação formal depende de portaria do Chefe do Poder Executivo. A senhora Luísa Rieth levantou questionamento sobre a participação da sociedade civil na Comissão, ressaltando a relevância da inclusão de representantes de associações de moradores, instituições ambientais e membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente, considerando que as deliberações deverão ser apresentadas ao referido Conselho, conforme diretrizes correlatas. A senhora Márcia da Mota informou que aguardava momento oportuno para formalizar os convites. O senhor Pedro Lopes sugeriu a realização de convocação pública, com prazo de 30 (trinta) dias para manifestação de interesse, sem prejuízo de convites diretos a instituições reconhecidamente atuantes no município, citando o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Instituto BW, destacando a experiência deste último na área de educação ambiental. A senhora Márcia da Mota reiterou que a nomeação formal dos representantes da sociedade civil dependerá de ato específico do Executivo Municipal. Em seguida, a senhora Márcia da Mota abriu a discussão acerca da aprovação do Regimento Interno do Grupo de Criação do PROMEA. Procedeu-se à leitura artigo por artigo, oportunizando manifestações e sugestões de ajustes redacionais. O senhor Pedro Lopes destacou a estrutura organizacional prevista no Regimento, especialmente quanto às atribuições do Coordenador e do Secretário, enfatizando a necessidade de delimitação clara das competências para evitar sobreposição de funções e assegurar eficiência administrativa. Acrescentou que o Regimento foi pensado para estabelecer regras mínimas de funcionamento, permitindo substituições quando pertinentes. A senhora Luísa Rieth manifestou-se favorável ao Regimento e relatou experiência no município de Cabo Frio, onde participou da elaboração do PROMEA local sem a existência de regimento formal, ponderando, contudo, que o instrumento não deveria criar impeditivos adicionais à realização das reuniões e à execução dos trabalhos. Deliberou-se pela manutenção das atribuições do Coordenador — convocar e presidir reuniões, representar o Grupo*

*institucionalmente e acompanhar o cumprimento das deliberações — e do Secretário — lavrar atas, organizar documentos e prestar apoio técnico-operacional. Na sequência, o senhor João Carlos sugeriu a revisão do dispositivo relativo ao quórum de deliberação, questionando a necessidade de previsão de quóruns diferenciados, como simples, absoluto ou qualificado (2/3). A senhora Luísa Rieth ponderou que, considerando a natureza técnica e colaborativa do Grupo, a fixação de quórum rígido poderia comprometer a dinâmica dos trabalhos, especialmente nesta fase inicial. Outros membros manifestaram preocupação quanto à segurança jurídica das deliberações. Após discussão, deliberou-se pela supressão dos artigos quatorze e quinze, que estabeleciam quórum qualificado, mantendo-se a previsão de que as decisões serão buscadas preferencialmente por consenso e, não sendo possível, por maioria simples dos membros presentes em reunião regularmente convocada. Ficou consignado que todas as decisões deverão constar expressamente em ata, a ser submetida à aprovação na reunião subsequente. A senhora Luísa Rieth ressaltou ainda a importância da participação da Secretaria Municipal de Comunicação, com vistas à divulgação das ações e reuniões do Grupo. A senhora Márcia informou que convidou a Assessoria de Comunicação – ASCOM, bem como as Secretarias de Turismo, Saúde e Cultura. O senhor Pedro Lopes reforçou a importância dessas participações e informou ter convidado também representantes da Saúde Mental. Restou acordado que as reuniões ordinárias ocorrerão mensalmente, podendo haver convocações extraordinárias sempre que necessário. No tocante à assiduidade, manteve-se a exigência de presença mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das reuniões, conforme artigo dezoito. A senhora Márcia esclareceu que eventuais ausências deverão ser justificadas formalmente, podendo o órgão representado ser comunicado em caso de faltas reiteradas. O senhor Pedro Lopes destacou ainda que o Regimento deverá prever expressamente a futura ampliação do Grupo com representantes da sociedade civil. Encerrada a discussão do Regimento Interno, ficou consignado que a versão consolidada, com as alterações deliberadas, será encaminhada aos membros para leitura final antes de sua formalização e publicação. Na pauta seguinte, a senhora Márcia da Mota tratou da elaboração do questionário diagnóstico de percepção ambiental a ser aplicado no município, destacando a importância de delimitar o perfil dos respondentes. A senhora Ingrid Augusto sugeriu que o diagnóstico pudesse ser aplicado nos CRAS de Araruama, restando definir o*

*momento mais adequado para a coleta das informações. Sugeriu ainda a inclusão de questões relativas aos principais problemas ambientais do município, proposta corroborada pelo senhor Pedro Lopes, que defendeu a adoção de linguagem clara e menos técnica. Entre os temas sugeridos destacaram-se: poluição da lagoa, rios e mar; descarte irregular de resíduos sólidos; queima de lixo doméstico; lançamento irregular de esgoto; ausência ou precariedade de saneamento básico; corte irregular de árvores; erosão e deslizamento; assoreamento de rios; abandono de animais domésticos; captura de animais silvestres; vetores de doenças; poluição luminosa; e coleta irregular de flora silvestre. A senhora Luísa Rieth reforçou a necessidade de inclusão de perguntas que identifiquem o perfil do respondente (faixa etária, escolaridade, gênero, profissão e localidade), ressaltando que esse recorte contribui significativamente para a elaboração do Plano. A senhora Cristina Coutinho ponderou que não há necessidade de identificação nominal do participante, sendo suficiente o registro do bairro, entendimento acompanhado pelos presentes. A senhora Luísa Rieth sugeriu a realização de ações específicas em localidades mais isoladas, como Sobara, por meio de oficinas comunitárias, relatando experiências anteriores exitosas. A senhora Ingrid Augusto observou que, embora não haja CRAS em Sobara, a escola local pode funcionar como ponto de apoio, mencionando também a localidade do Prodígio. O senhor Pedro Lopes destacou a oportunidade de aplicação do questionário na reunião dos Núcleos de Proteção e Defesa Civil – NUPDECs. As senhoras Cristina Coutinho, Luísa Rieth e Ingrid Augusto, juntamente com o senhor Pedro Lopes, sugeriram ainda a inclusão de perguntas sobre percepção ambiental, como conhecimento de unidades de conservação, turismo ecológico, existência de corpos hídricos próximos à residência e riscos decorrentes do descarte inadequado de resíduos ou intervenções em cursos d'água. Ressaltou-se que o questionário deve ser objetivo, evitando excesso de perguntas que comprometam a adesão dos respondentes. A senhora Luísa Rieth propôs a elaboração de formulário específico destinado aos professores, voltado à abordagem da educação ambiental em sala de aula, com foco na futura política de capacitação docente no âmbito do PROMEA. Deliberou-se que modelos de questionários serão compartilhados no grupo para análise e adaptação à realidade local, ficando a sistematização das contribuições sob responsabilidade de membro designado. Por fim, a senhora Ana Luiza Assaf Guimarães Ferraz agendou a próxima reunião para o dia 12 de maio de 2026, às*

*14h, no mesmo local. Nada mais havendo a tratar, o senhor Pedro Lopes agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.*

---

Araruama, 09 de abril de 2026.

**Márcia Mota Iraçabal**  
Coordenadora – PROMEA  
Matrícula: 19823-4

**João Carlos Bezerra Barboza**  
Secretário PROMEA  
Matrícula: 120.32.90-1